ROSANA CREVELARIO FERNANDES COSTA

RESUMO

Apesar da longa trajetória traçada pelos Povos Originários, em diversos aspectos encontramos entraves, sejam de cunho legal, seja pelos constantes ataques de setores os quais desconhecem as contribuições e os direitos dos indígenas. As lendas e mitos que compõem a história dos grupos multiétnicos são de grandeza que dá sentido as mentalidades e dinâmica nas vidas dos agentes constitutivos. As narrativas são fundamentais para a manutenção da cultura assim como para que a tradição não se perca, nesse aspecto a escrita não representava o saber em si, o que determinava a aquisição de conhecimento referia-se muito mais a tradição oral, sempre protegida e inalienável. A educação passou por um processo de transformação que não se adequou totalmente as necessidades indígenas, pois de certo modo não respeitou a criação e criatividade dos grupos em seu contexto original, mas sim, formas de narrar as realidades de modo descolado agindo como reprodutores e intérpretes empobrecidos. As comunidades passaram por diversos percalços, desde o período pré-colonial as epidemias assolaram as comunidades indígenas, em nosso contexto atual presenciamos a pandemia de COVID-19 que afetou também diversos grupos. As medidas insipientes apresentadas no combate a pandemia no que se refere as políticas públicas não foram suficientes para combater a doença e preservas as vidas.

Palavras-chave: Povos; Indígenas; Tradição; Educação; Saúde.

ABSTRACT

Despite the long trajectory traced by the Native Peoples, in several aspects we find obstacles, whether of a legal nature, or by the constant attacks of sectors which are unaware of the contributions and rights of indigenous people. The legends and myths that make up the history of multiethnic groups are of grandeur that give meaning to the mentalities and dynamics in the lives of the constitutive agents. Narratives are fundamental for the maintenance of culture as well as for tradition not to be lost, in this aspect writing did not represent knowledge itself, what determined the acquisition of knowledge referred much more to oral tradition, always protected and inalienable . Education went through a process of transformation that did not fully adapt to indigenous needs, as it somehow did not respect the creation and creativity of groups in their original context, but rather ways of narrating realities in a cool way acting as reproducers and interpreters. impoverished. The communities have gone through several mishaps, since the pre-colonial period, epidemics ravaged indigenous communities, in our current context we witness the COVID-19 pandemic that also affected several groups. The incipient measures presented in the fight against the pandemic with regard to public policies were not enough to fight the disease and preserve lives.

Keywords: Peoples; indigenous; Tradition; Education; Health.

INTRODUÇÃO

A visão de mundo dos Povos Indígenas é a crença fundamental de que humanos, animais, plantas, terras e rios se equilibram como partes integrantes da vida. Essa compreensão holística do mundo é expressa e mantida viva por meio de suas linguagens, rituais e mitologia. Sua língua é parte de sua identidade e é o espírito de suas culturas. Por meio da linguagem, reflete-se não apenas seu conhecimento, mas também a forma íntima de compreender a natureza e como o ser humano se relaciona com ela.

A atual forma predominante dos não indígenas compreenderem a natureza e como conservá-la é incompleta, pois se baseia no fato de que os seres humanos percebem as plantas e os animais como objetos e não como sujeitos que compõem o sistema. Esta abordagem ignora a intuição e o profundo sentimento e compreensão de como as pessoas se relacionam com o nosso ambiente de forma integral.

Os Povos Indígenas têm essa compreensão profunda e fortalecem sua conexão com a terra, as florestas, os rios etc. É uma forma de compreender e viver em harmonia com a natureza. Essa visão de mundo os tornou resilientes, e o uso e gerenciamento sustentável de seus recursos naturais os ajudou a sobreviver à dominação e à destruição. Felizmente, estamos começando a entender, a partir dessa visão de mundo, que a natureza é um sistema integrado e que, se quisermos sobreviver, todo o ecossistema deve sobreviver.

Entender nossa dependência da natureza para sobreviver levantou a ideia de transformá-la de um objeto sem direitos para se tornar um sujeito com direito de existir e florescer. Alguns de nós tiveram a sorte de aprender e se inspirar nos Povos Indígenas e na maneira como eles entendem e expressam seu mundo por meio da linguagem.

A principal estratégia para proteger a Amazônia está relacionada à sua conectividade e é isso que os Povos Indígenas entendem

profundamente. A região é um ecossistema conectado entre plantas, animais, água e seres humanos cujo fluxo é necessário para sua sobrevivência. A Amazônia é um órgão chave em todo o sistema planetário.

Florestas alagadas ou de várzea: Desenvolvem-se em terras baixas, que ficam cobertas por água por até nove meses por ano, se o alagamento é causado por um rio que desce da Cordilheira dos Andes, este deposita sedimentos ricos em nutrientes, o que contribui para o vigor e crescimento da vegetação adjacente.

Mas se a enchente é causada pelas chuvas torrenciais originárias da própria Amazônia, forma-se a floresta de água preta, assim chamada por suas águas escuras e pobres em nutrientes, que podem cobrir a área quase o ano todo, como acontece com os buracos de terra interior nascidos dos rios, onde pouquíssimas plantas podem suportar inundações, pois lá elas só sobrevivem espécies que podem resistir a condições extremas de umidade.

A atualidade se mostra as comunidades originárias como elemento díspar ao que outro se vivera, afirmamos isso pois ao contexto da sociedade atual e com a pandemia de COVID-19 houve um impacto considerável na dinâmica dessas sociedades, dessa forma mesmo com formas de organização tradicionais os grupos indígenas foram em grande medida afetados. Em nosso trabalho buscaremos elencar as inquietações que nos são latentes e demonstrar o modo com o qual as diferenças se colocam em virtude das transformações históricas.

TRADIÇÃO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

As lendas e histórias da selva são protagonizadas por seres e/ou eventos misteriosos, considerados verdadeiros pelos habitantes que habitam o maravilhoso universo amazônico. A partir da experiência pessoal dos povos que habitam o coração da selva, que lhes dão um rosto ou os interpretam, as narrativas que se fundem e se confundem com a realidade.

Para MORIN, 2000:

[a] educação deveria mostrar e ilustrar o destino multifacetado do humano: o destino da espécie humana, o destino individual, o destino social, o destino histórico, todos entrelaçados e inseparáveis. Assim, uma das vocações essenciais da educação do futuro será o exame e o estudo da complexidade humana. Conduziria à tomada de conhecimento, por conseguinte, de consciência, da condição comum a todos os humanos e da muito rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos, das culturas, sobre nosso enraizamento como cidadãos da Terra. (MORIN, 2007. p, 61)

As lendas e histórias que compõem O imaginário da floresta. Lendas e histórias da Amazônia fornecem explicações sobre a criação, em relação ao homem, animais e natureza; explicam a origem de diferentes povos, suas tradições, sua cultura e tudo o que isso implica.

Ao citar BRANDÃO, MINDLIN elenca que:

a lenda está mais desvinculada do povo, isto é, está menos ligada a um povo específico, enquanto que o mito é o patrimônio cultural de um povo, constituindo-se num elemento de coesão social, de agregação e, em consequência, preservando-lhe a identidade. Apesar dos aspectos fantasiosos, dos elementos fantásticos e aparentemente ilógicos que o povoam, o “mito” é uma verdade para o povo que o cultiva, está profundamente enraizado no seu tecido social, distinguindo-se, portanto, da lenda e, sobretudo da superstição. (MINDLIN apud BRANDÃO, 1999. p, 54)

Vale a pena notar que a literatura de tradição oral, essa arte de narrar que transcende o espaço e o tempo, sempre esteve presente na história, e em diferentes culturas. Nesse sentido, o presente trabalho nos permite refletir sobre a importância da literatura de tradição oral, motivado e baseado nas contribuições, que sublinham que apesar de ter sido considerada uma literatura não autêntica" ao longo.

Para BAKHTIN (1997, a veracidade substancial da língua:

“não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua” (BAKHTIN,1999. p, 123).

Por muitos anos, a literatura de tradição oral, como literatura geral é uma bela arte, cujo principal instrumento é também a palavra. Assim, mesmo quando a literatura não é citada, quando é transmitida, de boca em boca, de geração em geração, atua da mesma forma.

[texto é] toda unidade de produção de linguagem situada, acabada e autossuficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação). Todo texto se inscreve necessariamente num conjunto de textos ou em um gênero e (por esta razão) adotamos a expressão gênero de texto em vez de gênero de discurso (...) enquanto os gêneros são múltiplos, até mesmo em número infinito, os segmentos que entram em sua composição são em número finito, podem, ao menos parcialmente, ser identificados por suas características linguísticas específicas (...) (e) são produto de um trabalho de semiotização ou de colocação

em forma discursiva, e é por essa razão que os chamaremos de discursos, de agora em diante. Na medida que apresentam fortes regularidades e estruturação linguística, consideraremos que eles pertencem ao domínio dos tipos; portanto, utilizaremos a expressão tipo de discurso para designá-los, em vez da expressão tipo textual" (SCHNEUWLY, 2004. P, 78).

Dada a enorme variedade que compõe a literatura oral amazônica, nem sempre é fácil escolher a rota pela qual temos que viajar. No entanto, a escolha de lendas se justifica por considerar que são objeto de interesse e admiração. Desta forma, compartilhamos abordagens da literatura oral.

O processo narrativo de tradição oral é construído com base na repetição, que assegura a continuidade do que é relatado; contudo, repetição não está aqui associada à imutabilidade, mas sim à reinvenção e atualização textual constantes. [...] aponta os elementos que caracterizam o pensamento e a expressão fundados na oralidade. Resumimos estes elementos e destacamos: a inserção de estruturas aditivas que conduzem o fluxo narrativo; o uso de fórmulas linguísticas de repetição do já dito, a fim de garantir referência ao que já foi dito e continuidade narrativa; interação com o público de forma a provocar sua reação; referência ao cotidiano da vida humana; construção de uma identificação empática entre narrador, audiência e personagem; vinculação com o presente e uso de conceitos dentro de quadros de referência situacionais. (THIEL, 2013. p, 16)

A lenda entre o mito, o conto, a fantasia e as crenças, no que destaca o grande valor das lendas na educação literária e linguística de alunos dos mais variados níveis de ensino, e de qualquer especialidade. Nossas decisões estão intimamente ligadas à nossa experiência de ensino e motivados por autores, cujas ideias ainda estão vivas e nos convidam a realizar uma prática de acordo com o desejo e as necessidades de nossos alunos, levando e tendo em conta o contexto em que desenvolvemos o nosso trabalho.

Desta maneira, as narrativas míticas indígenas anunciam em seus parágrafos de abertura, muitas vezes, a consciência de uma continuidade ou de uma permanência de um saber ancestral; ao mesmo tempo, sinalizam a atemporalidade da história. Isto pode ser percebido pela utilização de fórmulas equivalentes ao "Era uma vez" das histórias canônicas ocidentais. (THIEL, 2013. p, 18)

A literatura de tradição oral, de diversas formas, que transcendem o caráter meramente estético. Essa literatura se manifesta a partir de diferentes formas e gêneros textuais idade falando, cantando ou representando. Nesse universo, onde desenvolvemos nossas pesquisas, somos guiados pelo desejo de conhecer e compreender essas narrativas, que consideramos resultar, também, em uma notável maneira de expressar palavras, ideias, elementos que eles transmitem na forma de uma narrativa fantástica e maravilhosa.

Em qualquer dos sentidos da palavra 'multiletramentos' – no sentido da diversidade cultural de produção e circulação de textos ou no sentido da diversidade de linguagens que os constituem -, os estudos são unânimes em apontar algumas características importantes: (a) eles são interativos; mais que isso, colaborativos; (b) eles fraturam e transgridem as relações de poder estabelecidas, em especial as relações de propriedade (das máquinas, das ferramentas, das ideias, dos textos [verbais ou não]; (c) eles são híbridos, fronteiriços, mestiços (de linguagens, modos, mídias e culturas). (ROJO, 2012. p, 22-23)

A tudo isso devemos acrescentar um traço importante, do ponto de vista atual através do qual olhamos, através das lendas e histórias que chegam até nós por diferentes vias, orais, escritas ou audiovisuais.

Filmes-rituais, ficções roteirizadas e encenadas a partir de narrativas míticas, documentários de caráter militante e pedagógico; testemunhos, registros urgentes em situações de risco: todas essas imagens compõem uma produção difusa e heterogênea que contribui para a afirmação da experiência histórica e cultural dos povos indígenas no Brasil. (BRASIL e BELISÁRIO, 2016, p. 602-603)

O realismo que dá vida a cada uma das histórias, são narrativas imbuídas do fantástico, que acontecem em espaços geográficos cotidianos, onde vivem os habitantes-narradores que são, ao mesmo tempo, informantes e transmissores de crenças, hábitos, costumes, ou seja, transmissores de cultura que sublinha o valor excepcional de cada indivíduo, tanto da voz como os gestos na tradição oral.

No plano racial, o ethos colonialista se configura como uma justificativa da hierarquização racial, pela introjeção no índio, no negro e no mestiço de uma consciência mistificada de sua subjugação. Por ela se explica o destino das camadas subalternas por seus caracteres raciais e não pela sua exploração de que são vítimas. Deste modo, o colonialismo não só impera, mas também se autodignifica, ao mesmo tempo em que subjuga o negro, o índio e seus mestiços e degrada sua autoimagem étnica. Além de despersonalizados – porque convertidos em mera condição material da existência do estrato dominador – as camadas subalternas são alienadas no mais recôndito de suas consciências pela associação da cor 'escura' com o sujo e da 'branca' como limpo (RIBEIRO, 1979, p. 83).

Essas narrativas se afastam da racionalidade científica e, apesar de sua origem, eminentemente orais, podem também ser recolhidos por escrito. Em geral, através histórias vivas e vívidas, libertam-se da subjetividade e adquirem caráter maravilhoso. É uma

literatura em que o real e o imaginário se fundem e se confundem, resultando em impossível saber com certeza quão verdadeiro ou fantasioso é o que prevalece. Os contadores de histórias costumam ser testemunhas pessoais da narrativa, o que lhe agrega um valor incalculável. Tudo isso através da memória, composta por imagens e memórias que transcendem o tempo e espaço.

Por Tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade em relação a um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 2008, p. 9).

As narrativas que compõem o imaginário da selva são fruto da experiência de diversos povos que habitam ou habitaram a Amazônia brasileira, que teve que superar todo tipo de catástrofes e fenômenos naturais, além de sofrer a consequências danosas do turbilhão chamado "civilização".

A riqueza da diversidade sociocultural dos povos indígenas representa uma poderosa arma na defesa dos seus direitos e hoje alimenta o orgulho de pertencer a uma cultura própria e de ser brasileiro originário. A cultura indígena em nada se refere ao grau de interação com a sociedade nacional, mas com a maneira de ver e de se situar no mundo; com a forma de organizar a vida social, política, econômica e espiritual de cada povo. Neste sentido, cada povo tem uma cultura distinta da outra, porque se situa no mundo e se relaciona com ele de maneira própria. (SANTOS, 2006. p, 46)

No entanto, apesar de viverem juntos sofrer as consequências de todo este processo, que contribuiu para o desaparecimento de muitos de seus ancestrais, os povos amazônicos resistem e espremem a capacidade de manter vivo sua história e a história deles.

Contrariamente ao que costumamos ler nos livros escolares, pensados e escritos a partir da ótica dos brancos invasores, os povos nativos do continente americano haviam desenvolvido grandes e avançadas civilizações milenares muito semelhantes às indo-europeias e, em muitos aspectos, até mais sofisticadas que elas. As civilizações astecas, maias e incas em nada são inferiores às europeias, exceto no domínio da arma de fogo. Elas criaram sistemas políticos muito semelhantes aos do continente europeu, com grandes impérios, cidades-estados e monarquias, com reis, imperadores e governos democráticos ou monárquicos. Muitas dessas civilizações indígenas tinham alcançado o ponto máximo de desenvolvimento e a sua consequente decadência muito antes da chegada dos europeus ao continente; outras foram destruídas por esses invasores. (SANTOS, 2006. p, 48)

Tudo isso através de suas memórias, tradições e costumes, que o referido autor capta muito bem. Essas narrativas proporcionar uma nova visão das realidades dos povos da Amazônia brasileira, especialmente as comunidades indígenas e refletir sobre as lutas que têm para cara para se manter vivo. Por outro lado, eles nos ensinam e nos permitem refletir sobre própria vida, com base na sua experiência, ao mesmo tempo que nos motiva a elevá-los, a fim de preservá-los. Sabemos que sua cultura, afinal, faz parte da nossa cultura e graças a ela somos o que nos tornamos.

EDUCAÇÃO E ZELO PARA ALÉM DO SENSO COMUM

A ideia de que não há necessariamente incompatibilidade entre a introdução da escolarização dos povos indígenas e a preservação de suas especificidades linguísticas e culturais tornou-se um dos mais importantes dogmas do movimento indígena no país, aliado à luta pelo reconhecimento de seus direitos e de sua existência como cidadãos brasileiros do presente e do futuro. Ao fazer essas demandas, os povos indígenas foram apoiados por setores-chave da sociedade civil, motivados pelo desejo de relações menos violentas entre setores etnicamente diferenciados da população, pela percepção positiva do Brasil como um país multiétnico e multicultural, e pelo compromisso com a construção da democracia no país.

Deste modo, podemos concluir que não existe uma identidade cultural única brasileira, mas diversas identidades que, embora não formem um conjunto monolítico e exclusivo, coexistem e convivem de forma harmoniosa, facultando e enriquecendo as várias maneiras possíveis de indianidade, brasilidade e humanidade. Ora, identidade implica a alteridade, assim como a alteridade pressupõe diversidade de identidades, pois é na interação com o outro não-idêntico que a identidade se constitui. O reconhecimento das diferenças individuais e coletivas é condição de cidadania quando as identidades diversas são reconhecidas como direitos civis e políticos, consequentemente absorvidos pelos sistemas políticos e jurídicos no âmbito do Estado Nacional. (SANTOS, 2006. p, 49)

Na prática, muitos obstáculos ainda precisam ser superados para que direitos indígenas específicos e diferenciados sejam plenamente respeitados. O reconhecimento desses direitos no âmbito legislativo e na política educacional brasileira tem sido alcançado por meio da persistente mobilização indígena e do apoio de seus colaboradores.

À sua maneira, as culturas indígenas expressam os grandes valores universais. Nas solenidades das festas, no refinamento

dos vestidos e na pintura corporal, na educação dos filhos, na concepção sagrada do cosmos, elas manifestam a consciência moral, estética, religiosa e social. A diversidade de visões do mundo, do homem e dos modos de organização da vida, os conhecimentos e os valores transmitidos de pais para filhos, a tradição oral e a experiência empírica são a base e a força dos conhecimentos e dos valores. A territorialidade atua como um estado de espírito e os ritos e os mitos, como referência da identidade e da consciência humana e da natureza. (SANTOS, 2006. p, 50)

Muitas das escolas que atuam em áreas indígenas reproduzem as abordagens autoritárias do passado, impondo metodologias pedagógicas ultrapassadas às comunidades que as abrigam. Isso contraria diretamente os preceitos constitucionais e legais que asseguram aos povos indígenas uma educação bilíngue, dependendo do contexto local de cada grupo indígena, intercultural, diferenciada e específica.

Há algum tempo atrás, os povos indígenas do Brasil acreditavam que a educação escolar era um meio exclusivo de aculturação e havia certa desconfiança e repulsa quanto à escolarização. Isto está mudando. Diante das necessidades de um mundo cada vez mais globalizado, os índios julgam que a educação escolar, quando apropriada por eles e direcionada para atender às suas necessidades atuais, pode ser um instrumento de fortalecimento das culturas e das identidades indígenas e um possível canal de conquista da desejada cidadania, entendida como direito de acesso aos bens e aos valores materiais e imateriais do mundo moderno. (SANTOS, 2006. p, 129)

Para garantir a efetiva construção da educação intercultural e bilíngue, a categoria escola indígena deverá ser oficialmente criada dentro dos sistemas de ensino e regulamentada legalmente, garantindo a autonomia das escolas indígenas, tanto no uso dos recursos públicos quanto na definição de seus projetos pedagógicos e curriculares. Este último deve ser elaborado localmente, com a efetiva participação e autoridade da comunidade indígena em todas as decisões relativas ao funcionamento da escola e preferencialmente implementada por professores indígenas.

Ao contrário do que muita gente pensa, os povos indígenas do Brasil continuam mantendo sua alteridade graças a estratégias próprias de vivência sociocultural, sendo a prática pedagógica uma delas. As formas de educação que desenvolvem lhes permitem continuar a ser eles mesmos e transmitir suas culturas através das gerações. Subsiste uma variedade de povos indígenas com suas línguas e culturas; às vezes, sem suas línguas, mas com culturas e saberes próprios. (SANTOS, 2006. p, 130)

As características itinerantes dos povos indígenas vêm se modificando nas últimas décadas. Muitas dessas comunidades étnicas itinerantes contam com áreas delimitadas pelo governo, como as mencionadas anteriormente. Sua movimentação se deve principalmente à busca de subsistência e/ou por motivos religiosos, estes últimos mais evidentes, e ainda hoje praticados.

Originalmente, e a partir de uma visão positivista, a cultura foi entendida, sobretudo na primeira metade do século XX, como um conjunto de restrições, pressões e condicionamentos externos ao ser humano (as formas de comportamento e outras aprendizagens durante a socialização da criança), que fixavam ou determinavam suas pautas de conduta como adulto, em que a cultura era vista como um determinante do comportamento. Segundo essa forma de ver, a cultura foi compreendida como controle social, que se exercia através das normas. Esse conceito de cultura serviria, desse modo, como meio de pressão e obrigação imposta às pessoas para adaptarem-se aos costumes e tradições sem resistir e sem dar-se conta. Já os mitos e as crenças representavam essas mesmas imposições a partir da religião, à qual os seres humanos se submetiam docilmente. (URQUIZA; PRADO, 2014. p, 19)

Neste sentido, as comunidades indígenas circulam em outros espaços além dos já delimitados, não só para vender artesanato, mas também para trabalho doméstico. Assim, a relação com o território é constituída pelo tempo despendido com o trabalho e a sobrevivência necessária.

As Organizações Indígenas espalhadas por todo o Brasil estimularam e possibilitaram momentos de reflexão, discussão, formação, troca de experiência e avaliação para os professores, as lideranças e outros agentes envolvidos e interessados na educação escolar indígena, através de encontros, cursos, assembleias e outros eventos. Nos últimos anos, foram realizados grandes encontros de professores indígenas. A partir de 1994, o movimento indígena priorizou encontros locais para melhor articulação dos professores das aldeias mais distantes e para divulgar o novo processo em curso. (SANTOS, 2006. p, 143)

Os programas tradicionais de ensino não são amigáveis com a cultura milenar do ensino por meio de experiências, que é realizado pelos membros mais experientes das aldeias – aqueles que são as verdadeiras bibliotecas dos povos indígenas. Tal método pedagógico difere profundamente dos mecanismos e ferramentas praticados pelo homem branco, tornando muito complexo o processo de inserção dos indígenas na educação formal oficial. Nesse sentido, os princípios da interculturalidade e do bilinguismo ainda não eram percebidos com clareza, tanto pelos responsáveis pela elaboração das políticas educacionais oficiais quanto pelos professores não indígenas responsáveis pelo

ensino nas escolas.

[...] a introdução da instituição escolar no seio das sociedades indígenas, mesmo almejada por eles e inserida num processo mais amplo de organização e luta, não ocorre sem conflitos. Nas falas das lideranças, nos cuidados que tomam ao implementar a escola, nas críticas que explicitam diante da instituição escolar, percebe-se uma ambiguidade na visão que os indígenas têm sobre a escola, deixando antever ao mesmo tempo um "querer" e um "não querer" essa presença nas suas aldeias. Veem-na como uma necessidade para o diálogo intercultural, na medida em que é preciso conhecer a sociedade nacional para com ela se relacionar. Mas, também, veem-na como um risco ao modo de vida tradicional, uma invasão dentro de sua própria terra, já que, como foi dito, a escola é uma instituição alheia ao modo de vida dos povos indígenas e historicamente tem causado danos aos processos próprios de educação e ao uso de seus idiomas. (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010. p, 05)

Existem diferenças entre os saberes indígenas e as concepções pedagógicas construídas pelas escolas oficiais, principalmente em relação ao território, à natureza e às relações humanas, e tais práticas precisam ser levadas para a sala de aula. Assim, destacam a importância do trabalho dos professores indígenas, incluindo o conhecimento da língua de origem e do português. Nesse sentido, considera-se que a ciência constitui uma área primordial do processo de ensino e aprendizagem do aluno indígena, em torno da qual as demais áreas podem ser desenvolvidas, ou seja, ensinadas e aprendidas.

Em sociedades orais, a memória é evocada e recriada permanentemente, mas é no presente que as lembranças e os esquecimentos adquirem significados e é no presente que os saberes ancestrais são recriados, por meio das palavras de quem transmite esses saberes, em geral pessoas mais velhas da comunidade, também reconhecidos como "guardiões da memória". É respondendo às indagações do presente que alguns acontecimentos do passado são esquecidos e outros lembrados. (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010. p, 06)

Entre as dificuldades enfrentadas na implementação do ensino de ciências nas escolas indígenas são evidentes as questões tradicionais. Outro fator que deve ser considerado na elaboração de um planejamento pedagógico para a escola indígena são as turmas multisseriadas, realidade vivenciada pelos professores indígenas devido à falta de profissionais.

Se considerarmos detidamente o processo histórico e o contexto das relações interculturais e interétnicas entre os povos indígenas e os demais segmentos populacionais latino-americanos e, particularmente, no Brasil, constatamos que as práticas culturais, políticas e sociais privilegiaram o ethos da cultura ocidental, em detrimento das particularidades dos demais grupos minoritários. Essa relação assimétrica, para além das práticas de extermínio físico e cultural, de tentativas de dominação e integração forçada, se expressa mais fortemente no campo de disputa nas relações simbólicas de poder, muitas vezes expressas nas relações desses povos com o Estado. (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010. p, 31)

Com que concerne a escola, uma proposta curricular engloba os aspectos políticos e filosóficos envolvidos na educação formal das novas gerações, incluindo a definição dos benefícios sociais desejados e o perfil dos profissionais que se quer formar – ou identidades que serão produzidas – abrindo a escola a diversidade etnocultural brasileira, o que também implica a necessidade de abertura para pensar e construir currículos multiculturais.

A aprovação da Lei 11.645/08 provoca, além da continuidade do debate da diversidade étnica e cultural na educação, a adoção de novas metodologias e práticas pedagógicas orientadas pelo respeito e reconhecimento destas diferentes presenças em nosso país, em nossas cidades e nas nossas escolas. (NASCIMENTO, 2010, p. 234)

A Lei 11.645/2008 estimula o debate intercultural, dessa forma, culturas e identidades, bem como crenças, símbolos e mitos são revisitados em um ambiente de igualdade que supera preconceitos e estereótipos, especialmente enraizados contra negros e indígenas.

SAÚDE DAS COMUNIDADES INDÍGENAS NA ATUALIDADE

A dificuldade em aplicar um sistema de saúde específico e eficaz para a população indígena associada as baixas condições econômicas são um agravante. A negação e descaso com as comunidades tradicionais leva os índios a estarem entre os brasileiros de menor renda.

É, certamente, nessa perspectiva que se deve entender a discussão e as demandas dos povos indígenas por políticas que gerem autonomia, na gestão de seus territórios e nas áreas da saúde, educação e subsistência. (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010. p, 30)

As baixas condições socioeconômicas, a escassez de terras indígenas e a proximidade de suas comunidades às áreas urbanas leva muitos indígenas a trabalharem nos centros urbanos para garantir a sobrevivência. Dentre os muitos problemas e dificuldades enfrentados pela população indígena brasileira, está a saúde o advento da pandemia de COVID-19 representou a ampliação do abismo a proximidade das reservas indígenas aos centros urbanos, o que vem agravando

a situação dessa população, pois o contato com pessoas que não respeitaram as medidas de isolamento, ou por algum outro motivo se infectaram ocasionou em contaminação de indígenas.

Inquestionavelmente, a crise provocada pela pandemia de COVID-19 põe em evidência a maior vulnerabilidade política, social e ambiental dos povos indígenas 6. Em uma atmosfera cotidiana de violência e discriminação, ser indígena no Brasil implica viver sob precárias condições de saneamento e habitação; enfrentar confrontos com invasores e os danos por eles provocados em seus territórios; lidar com insegurança alimentar e falta de acesso à água potável em seu dia a dia; conviver com uma elevada mortalidade infantil; ter sua presença invisibilizada no contexto urbano; ter uma infância marcada pela desnutrição crônica, que acomete cerca de 25% das crianças indígenas menores de cinco anos no país, além de doenças infecciosas e parasitárias como diarreia e pneumonia, principais causas de adoecimento e morte da criança indígena. (COIMBRA; PONTES SANTOS, 2020. P, 02)

Pobreza, desnutrição, baixos padrões de vida, racismo, discriminação à sua cultura e idioma, exploração, opressão, acesso limitado ou inexistente à educação e serviços de saúde são alguns dos problemas com os quais a população indígena teve que enfrentar durante séculos.

As comunidades indígenas estão em desvantagem estrutural devido ao acesso limitado que têm à formação acadêmica. A formação acadêmica adequada pode ser vista como uma ferramenta a ser adquirida para ampliar as formas de trabalho. No entanto, como vivem regularmente em áreas de alta vulnerabilidade, eles têm acesso limitado à educação em sua própria língua e a instrução educacional pode não ser adequada, uma vez que um mesmo professor é responsável por vários níveis de ensino. Essa situação, por sua vez, afeta estereótipos deletérios que associam à falta de vontade ou baixa capacidade.

Do ponto de vista político, a COVID-19 nos povos indígenas no Brasil se tornou uma acirrada arena de disputas, que envolvem questões como disparidades nos quantitativos de casos e óbitos, segundo fontes oficiais, e os dados compilados por organizações indígenas; redução de gastos na saúde indígena pela União; embate político para aprovação de legislações, como aquele em torno da Lei no 14.021, de 2020, que criou o Plano Emergencial para Enfrentamento da COVID-19 em Territórios Indígenas. (COIMBRA; PONTES SANTOS, 2020. P, 02)

O coronavírus (COVID-19) causa uma doença infecciosa, que agora se espalhou pelo mundo, transformando-se em uma pandemia, com forte impacto global em termos de saúde e educação. Embora os relatórios oficiais não mostrem explicitamente o número de infectados nas populações indígenas, pode-se pensar que foram impactados proporcionalmente, se considerarmos a tendência perceptível nos altos índices de morte em citadinos urbanos e adjacentes às comunidades.

Na tentativa de conter a propagação da pandemia, a maioria dos governos, fechou instituições de ensino. Ao mesmo tempo, havia uma necessidade premente de continuar oferecendo programas de ensino e aprendizagem, adotando plataformas e ferramentas nacionais de aprendizagem remota (on-line) que os governos adotaram.

Epidemias de doenças infecciosas e parasitárias têm sido trágicas recorrências ao longo dos cinco séculos da história da relação entre os colonizadores e os povos indígenas no que é atualmente o território brasileiro. E não são eventos de um passado distante. Persistem na memória individual e coletiva de muitos povos que, não muitas décadas atrás, sofreram os efeitos de doenças associadas ao contato. (COIMBRA; PONTES SANTOS, 2020. P, 01)

Vivenciando diariamente violência e discriminação, os indígenas no Brasil vivem em condições precárias de moradia e saneamento, bem como, enfrentam invasores e os danos causados aos seus territórios, lidar com a insegurança alimentar e falta de água potável, alta mortalidade infantil, invisibilidade das famílias que vivem nas cidades e vilas, infância marcada pela desnutrição crônica e doenças infecciosas e parasitárias, como diarreia e pneumonia, principais causas de adoecimento e morte em crianças indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso dos povos indígenas, a doença é um fato com dimensões históricas, sociais, culturais e políticas que traçam importantes paralelos com múltiplas camadas de um passado não muito distante. Uma diferença é que atualmente existe um arcabouço legal e uma política pública de saúde voltada especificamente para os povos indígenas, que muito embora tenha seu cumprimento moroso em virtude de um governo que pouco fez aos povos indígenas.

A cultura indígena vem passando por processos constantes de desagregação desde o período pré-colonial iniciado no alvorecer do século XVI, após esse período as formas com as quais os Povos Originários de defrontam com as realidades multifacetadas trazem cenários desoladores em diversos aspectos no que tange a preocupação dos órgãos de políticas públicas. Olhar para o índio na perspectiva governamental não carrega consigo a importância e zelo os quais deveriam estar agregados em nível de importância inerente a contribuição dada pelas matrizes multiétnicas encontradas em todo o território brasileiro.

A necessidade de se observar a educação como uma ferramenta indissociável à vida do indígena é fundamental, mas não o modelo de educação europeizado e estagnado. A educação deve ser voltada para a tradição do povo, legar ao índio os modelos postos pelo colonizador é afirmar erroneamente que o sujeito está determinado a assumir um papel secundário escondendo seu protagonismo como ente fundador do território.

Dessa forma, faz-se necessária a inserção de estratégias que valorizem a produção acadêmica em torno das comunidades, colocando os Povos Originários no campo da academia, ali poderemos ter com propriedade e lugar de fala a cultura pura, não interpretativa, nem tampouco de gabinete. A produção acadêmica e escolar dentro das comunidades deve respeitar uma educação multilíngue, a qual de aos estudantes assunção do seu papel de destaque, que possa refletir as realidades vividas na posição de agentes produtores de conhecimento.

Ademais, em diversos casos no hodierno as comunidades indígenas passam por processos deletérios os quais são fruto do descaso, aqui podemos destacar o impacto que as doenças causaram nas aldeias desde o processo colonial. Nos séculos XVI e XVII as epidemias de gripe que pela falta de anticorpos fizeram com que comunidades inteiras fossem reduzidas drasticamente. No contexto atual a pandeia de COVID-19, essa que teve também dentro das aldeias causando a morte de diversos indígenas. As medidas sanitárias citadinas deveriam ter sido aplicadas para que evitássemos as contaminações entre os grupos que isolados ou não deveriam ser preservados.

Esses e outros exemplos apontam para profundas desigualdades étnicas e raciais prevalentes no Brasil, criando as condições para uma epidemia, como é o caso agora da COVID-19 em territórios indígenas, a falta de uma resposta rápida, articulada e efetiva pautada na responsabilidade e respeito, gerou a catástrofe humana.

REFERÊNCIAS

BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, B. (Org.). Bakhtin, dialogismo e construção de sentido. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

BRANDÃO, H.N. e JESUS, Luciana Maria. "Mito e tradição indígena". In: Gêneros do Discurso na Escola – Mito, Conto, Cordel, Discurso Político, Divulgação Científica. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

BRASIL, André; BELISARIO, Bernard. Desmanchar o cinema: variações do fora-de-campo em filmes indígenas. In: Sociol. Antropol., Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 601-634, dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sant/a/sQC3GWv47WQg6JtLqKcR9yM/?lang=pt. Acesso em: 08. out. 2022.

COIMBRA, Carlos E. A. Jr; PONTES, Ana Lucia; SANTOS, Ricardo Ventura. Um "fato social total": COVID-19 e povos indígenas no Brasil. Cad. Saúde Pública 2020; 36(10):e00268220. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/qxqxzwVDGCwT8pTtvCRf5fx/?format=pdf. Acessado em: 28. Set. 2022.

HOBSBAWM, E.J. Introdução: A invenção das tradições. In.: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (org.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NASCIMENTO, Rita G. do. Educação escolar brasileira e diversidade étnica e cultural: contribuições dos movimentos negro e indígena para o debate. In: RONCA, Antônio C. C.; RAMOS, Mozart N. Da Conae ao PNE 2011-2020: contribuições do Conselho Nacional de Educação. São Paulo: Moderna, 2010, p. 223-252.

RIBEIRO, D. As américas e a civilização, estudos de antropologia da civilização. Petrópolis: Editora Vozes, 1979. 580p.

ROJO, R. H. R.; MOURA, E. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SANTOS. Luciano Gersem dos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Coleção Educação para Todos. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas, In. / tradução e organização ROJO, R.; CORDEIRO, G. S., Gêneros orais e escritos na escola, Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

THIÉL. Janice Cristine. A Literatura dos Povos Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acessado em: 12. Out. 2022.

URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera; PRADO José Henrique. CULTURAS E HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS. Diversidade Sociocultural, Relações Interétnicas e os Povos Indígenas. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2014.